

TARIFAS NO BAZAR ELEITOREIRO

Será que estamos rumando para a autarquia ou é "para inglês ver"

MARCELO DE PAIVA ABREU

Em meio a uma pré-campanha eleitoral em que cada dia reserva surpresas quanto à escalada das promessas dos candidatos, o futuro da política comercial brasileira tem ocupado espaço razoável. Infelizmente, o que em geral se ouve é um conjunto disparatado de propostas equivocadas. A premissa parece ser a de que os eleitores gostam de ouvir que o Brasil pode realisticamente escolher uma forma de atuação no cenário econômico internacional similar à dos EUA ou da União Européia. É neste contexto que os candidatos de oposição ao governo têm reiteradamente sugerido que o Brasil deve imitar os países desenvolvidos e proteger seus produtores ineficientes. O candidato da oposição, depois de mencionar como exemplo a imitar o protecionismo europeu, declarou agora que "o governo deveria defender a economia como os EUA defendem a sua". Não há remendo de porta-voz que conserte besteira tão portentosa. O Brasil perde com o protecionismo próprio independentemente das ações dos EUA e da União Européia. Qualquer análise da política econômica externa brasileira que procure se afastar do bazar eleitoreiro deve levar em conta, também, que, não obstante a nossa excelente auto-imagem, o poder de barganha do País é modesto. É por isso que a estratégia brasileira deve privilegiar os foros multilaterais nos quais o poder de barganha dos grandes protagonistas pode ser atenuado.

Recentemente, o embaixador Rubens Ricupero tem criticado a decisão do governo brasileiro quanto à tarifa que serviria de base para o início da liberalização no contexto das negociações da Alca. A exemplo de muitos países em desenvolvimento, a tarifa praticada pelo Brasil (média da ordem de 14%) é muito inferior à tarifa máxima de 35% para produtos industriais consolidada na OMC. O Brasil pode a qualquer momento elevar as tarifas aplicadas até o teto. Em contraste, nos países desenvolvidos as tarifas aplicadas coincidem com as consolidadas. A Rodada Uruguai foi conduzida tomando como base de negociação as tarifas aplicadas em 1986, inclusive porque muitas linhas tarifárias em economias em desenvolvimento não eram consolidadas. O embaixador Ricupero parece ter-se espantado por ter descoberto agora que a proposta do Mercosul na Alca seria baseada nas tarifas efetivamente aplicadas. No seu entender, o Brasil estaria abrindo mão, sem contrapartida, de margem de manobra nas negociações da Alca. O assunto não é propriamente novo. Em artigo publicado neste espaço em 15 de setembro de 2001 comentei:

"A racionalidade da negociação do Mercosul com a União Européia ganhou força como contraponto ao progresso das negociações da Alca (...) mas o que se tem visto é que uma negociação atropelada com a União Européia pode resultar em posições negociadoras que enfraquecem a posição (...) do Brasil, na negociação da Alca. Exemplo disto é a aparente decisão recente do governo de estabelecer como posição inicial na negociação com a União Européia que as tarifas de referência serão as tarifas aplicadas e não as consolidadas. Não parece haver argumento que justifique o abandono prematuro da posição inicial de que são tarifas consolidadas na OMC, e não as tarifas aplicadas, que devem ser tomadas como base para a negociação. As tarifas consolidadas correspondem a um equilíbrio estável dos processos de economia política da proteção nos diferentes países. União Européia e EUA insistem na "falta de credibilidade" de tal posição, embora ajam de forma similar ao omitirem as preferências tarifárias sob o Sistema Geral de Preferências de suas ofertas.

Esta decisão é ainda mais surpreendente quando transpira que em ambas negociações o governo brasileiro estaria interessado em extrair um período de graça antes de iniciar a implementação de seu programa de redução tarifária."

Águas passadas. O que merece ser esclarecido não é porque o Brasil decidiu, ou não decidiu, ou ainda vai decidir, ou mudou de posição, quanto às tarifas iniciais na Alca, mas sim por que a proposta do Mercosul à União Européia baseou-se nas tarifas aplicadas. Uma vez tomada a decisão de incluir as tarifas aplicadas na

proposta do Mercosul à União Européia parece difícil defender a adoção das tarifas consolidadas no âmbito da Alca. Em qualquer caso, o quadro das negociações da Alca mudou consideravelmente desde meados do ano passado. A julgar pelos relatos das patéticas reuniões recentes na Ilha Margarita e no Panamá, o processo da Alca entrou em crise, tanto porque muitas economias pequenas estão preocupadas com a erosão de suas preferências quanto pelos reiterados sinais dos EUA - salvaguardas do aço, Farm Bill, Trade Promotion Authority restrito - de que estão, de fato, menos interessados em negociações comerciais do que no jogo pequeno de distribuição de benesses com intuito de obter ganhos eleitorais de curto prazo. A aceitação pelos EUA do que equivaleria a um período de graça para o início da desgravação tarifária nos outros membros da Alca parece extremamente irrealista. O jogo do Brasil na Alca, ainda que difícil, é simples. Ou os EUA estão dispostos a abrir seu mercado para produtos de interesse do Brasil, a restringir o uso de legislação protecionista sob pretexto de defesa comercial e a limitar os subsídios agrícolas que prejudicam o Brasil, ou não há Alca. É por isto que, para o Brasil, o caminho da Alca passa pela OMC.

Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio